

As Regiões Semiáridas e suas Especificidades 3

Alan Mario Zuffo
(Organizador)

 **Atena**
Editora
Ano 2019

Alan Mario Zuffo
(Organizador)

As Regiões Semiáridas e suas Especificidades 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

R335 As regiões semiáridas e suas especificidades 3 [recurso eletrônico] /
Organizador Alan Mario Zuffo. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (As Regiões Semiáridas e suas Especificidades;
v. 3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-192-3

DOI 10.22533/at.ed.923191503

1. Regiões áridas – Brasil. I. Zuffo, Alan Mario. II. Série.

CDD 333.7369

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “*As Regiões Semiáridas e suas Especificidades*” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seu III volume, apresenta, em seus 23 capítulos, com conhecimentos tecnológicos das regiões semiáridas e suas especificidades.

As Ciências estão globalizadas, englobam, atualmente, diversos campos em termos de pesquisas tecnológicas. O semiárido brasileiro tem características peculiares, alimentares, culturais, edafoclimáticas, étnicas, entre outros. Tais diversidades culminam no avanço tecnológico, nas áreas de Agronomia, Engenharia Florestal, Engenharia de Pesca, Medicina Veterinária, Zootecnia, Engenharia Agropecuária e Ciências de Alimentos que visam o aumento produtivo e melhorias no manejo e preservação dos recursos naturais, bem como conhecimentos nas áreas de políticas públicas, pedagógicas, entre outros. Esses campos de conhecimento são importantes no âmbito das pesquisas científicas atuais, gerando uma crescente demanda por profissionais atuantes no semiárido brasileiro e, também nas demais regiões brasileiras.

Este volume dedicado à diversas áreas de conhecimento trazem artigos alinhados com a região semiárida brasileira e suas especificidades. As transformações tecnológicas dessa região são possíveis devido o aprimoramento constante, com base em novos conhecimentos científicos.

Aos autores dos diversos capítulos, pela dedicação e esforços sem limites, que viabilizaram esta obra que retrata os recentes avanços científicos e tecnológicos, os agradecemos do Organizador e da Atena Editora.

Por fim, esperamos que este livro possa colaborar e instigar mais estudantes e pesquisadores na constante busca de novas tecnologias para o semiárido brasileiro, assim, garantir perspectivas de solução para o desenvolvimento local e regional para as futuras gerações de forma sustentável.

Alan Mario Zuffo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
IMPACTOS DO PROJETO DE TRANSPOSIÇÃO DO SÃO FRANCISCO PARA A AGRICULTURA IRRIGADA	
Getúlio Pamplona de Sousa	
Joab das Neves Correia	
Laryssa de Almeida Donato	
DOI 10.22533/at.ed.9231915031	
CAPÍTULO 2	13
INFLUÊNCIA DOS PERÍODOS SECO E CHUVOSO SOBRE OS NÍVEIS DE GLICOSE CIRCULANTE EM CAPRINOS E OVINOS NO SEMIÁRIDO PARAIBANO	
Luanna Figueirêdo Batista	
Bonifácio Benício de Souza	
Adriana Trindade Soares	
Maria Dalva Bezerra de Alcântara	
Nágela Maria Henrique Mascarenhas	
Évylla Layssa Gonçalves Andrade	
Gustavo de Assis Silva	
Fábio Santos do Nascimento	
Maycon Rodrigues da Silva	
Fabíola Franklin de Medeiros	
João Paulo da Silva Pires	
Júlia Laurindo Pereira	
Adalmira Bezerra de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.9231915032	
CAPÍTULO 3	19
INUNDAÇÃO, CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE IPANGUAÇU/RN	
Juliana Rayssa Silva Costa	
Adalfran Herbert da Silveira	
Fernando Moreira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9231915033	
CAPÍTULO 4	30
LEVANTAMENTO ETNOBOTÂNICO DE MATA CILIAR EM COMUNIDADE RIBEIRINHA DO MUNICÍPIO DE PATOS, SEMIÁRIDO NORDESTINO	
Gabriela Gomes Ramos	
Maria das Graças Veloso Marinho	
Géssica dos Santos Vasconcelos	
Rosivânia Jerônimo de Lucena	
DOI 10.22533/at.ed.9231915034	
CAPÍTULO 5	41
MINERALIZAÇÃO E PERDAS DE NITROGÊNIO DA UREIA EM LUVISSOLO CRÔMICO	
Rayanne Maria Galdino Silva	
Viviane Borges Dias	
Josinaldo Lopes Araújo	
Elidayane de Nóbrega Santos	
DOI 10.22533/at.ed.9231915035	

CAPÍTULO 6 48

MONITORAMENTO DOS PARÂMETROS FÍSICO-QUÍMICOS DE QUALIDADE DA ÁGUA DOS MACEIÓS PARAIBANOS DE INTERMARES E BESSA

Ane Josana Dantas Fernandes
Maria Mônica Lacerda Martins Lúcio
Liz Jully Hiluey Correia
Alan Ferreira de Araújo
Edilma Rodrigues Bento Dantas

DOI 10.22533/at.ed.9231915036

CAPÍTULO 7 65

MORFOLOGIA DE FRUTOS, SEMENTES E PLÂNTULAS DE *Aspidosperma pyrifolium* Mart. (APOCYNACEAE)

Danilo Dantas da Silva
Maria do Socorro de Caldas Pinto
Marília Gabriela Caldas Pinto
Fabrício da Silva Aguiar
Vinicius Staynne Gomes Ferreira
Sebastiana Renata Vilela Azevedo

DOI 10.22533/at.ed.9231915037

CAPÍTULO 8 76

NÚCLEO URBANO DE INTERESSE SOCIAL EM DISCUSSÃO: ABORDAGEM NO MUNICÍPIO DE PAU DOS FERROS/RN

Daniela de Freitas Lima
Almir Mariano de Sousa Junior
Joseney Rodrigues de Queiroz Dantas

DOI 10.22533/at.ed.9231915038

CAPÍTULO 9 86

PARQUE ESTADUAL PICO DO JABRE *VERSUS* REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Ana Luiza Fortes da Silva
Ane Cristine Fortes da Silva

DOI 10.22533/at.ed.9231915039

CAPÍTULO 10 92

PERMANÊNCIA DE PLANTAS DE COBERTURA NO CULTIVO DO MILHO NO SEMIÁRIDO

Jean Lucas Pereira Oliveira
Carlos Alessandro Chioderoli
Elivânia Maria Sousa Nascimento
Rita de Cássia Peres Borges
Francisca Edcarla de Araújo Nicolau
Marcelo Queiroz Amorim

DOI 10.22533/at.ed.92319150310

CAPÍTULO 11 104

PERSPECTIVAS, ANÁLISES E CONTRIBUIÇÕES: A PERCEPÇÃO DOS ASSOCIADOS DA COOPERATIVA DOS ALUNOS DA ESCOLA AGRÍCOLA DE JUNDIAÍ - COOPEAJ

Damião Ferreira da Silva Neto
João Paulo Teixeira Viana
Adailton de Moura Costa
Veniane Lopes da Silva
João Lucas do Nascimento Neto
Júlio César de Andrade Neto

DOI 10.22533/at.ed.92319150311

CAPÍTULO 12 114

PESQUISA DE CEPAS DA FAMÍLIA ENTEROBACTERIACEAE EM CARNE DE FRANGO 'IN NATURA' COMERCIALIZADA EM PATOS – PB

Talita Ferreira de Moraes
Vitor Martins Cantal
Júlia Laurindo Pereira
Rosália Severo de Medeiros

DOI 10.22533/at.ed.92319150312

CAPÍTULO 13 125

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PROMOVER A CONVIVÊNCIA COM AS SECAS E USO DA ÁGUA DE CISTERNAS NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO COMO ALTERNATIVA DE SUSTENTABILIDADE

Gáudia Maria Costa Leite Pereira
Xenusa Pereira Nunes
Monica Aparecida Tomé Pereira

DOI 10.22533/at.ed.92319150313

CAPÍTULO 14 133

POTENCIAL ANTIMICROBIANO DO ÓLEO ESSENCIAL DE ALGRIZEA MINOR FRENTE A *Staphylococcus aureus*

Graziela Cláudia da Silva
Alexandre Gomes da Silva
Luciclaudio Cassimiro de Amorim
Marcia Vanusa da Silva
Paloma Maria da Silva
Maria Tereza dos Santos Correia

DOI 10.22533/at.ed.92319150314

CAPÍTULO 15 142

POTENCIAL ANTIOXIDANTE DA CULTURA FORRAGEIRA CUNHÃ (*Clitoria ternata* L.) CULTIVADAS EM DOIS NÍVEIS DE ADUBAÇÃO, COM ESTERCO CAPRINO E BOVINO

Aldenir Feitosa dos Santos
Monizy da Costa Silva
Amanda Lima Cunha
José Crisólogo de Sales Silva
Jessé Marques da Silva Junior Pavão
Simone Paes Bastos Franco

DOI 10.22533/at.ed.92319150315

CAPÍTULO 16	157
PRELIMINARY SURVEY OF THE LARGE AND MEDIUM SIZE TERRESTRIAL MAMMALS IN THE STATE PARK OF SETE PASSAGENS, BAHIA	
Rosana da Silva Peixoto	
DOI 10.22533/at.ed.92319150316	
CAPÍTULO 17	167
PRODUÇÃO DE PELLETS DE CAPIM-ELEFANTE (<i>Pennisetum purpureum Schum</i>) SOB DIFERENTES TRATAMENTOS	
Rosimeire Cavalcante dos Santos	
Izabelle Rodrigues Ferreira Gomes	
Cynthia Patricia de Sousa Santos	
Sarah Esther de Lima Costa	
Ana Carolina de Carvalho	
Damião Ferreira da Silva Neto	
Renato Vinícius Oliveira Castro	
Angélica de Cássia Oliveira Carneiro	
DOI 10.22533/at.ed.92319150317	
CAPÍTULO 18	177
RICHNESS AND DISTRIBUTION OF MOSSES IN A BRAZILIAN DRY FOREST	
Evyllen Rita Fernandes de Souza	
Joan Bruno Silva	
Shirley Rangel Germano	
DOI 10.22533/at.ed.92319150318	
CAPÍTULO 19	191
SECAGEM DE QUIABO (<i>Abelmoschus esculentus L. Moench</i>) EM ESTUFA	
Teresa Letícia Barbosa Silva	
Vimário Simões Silva	
DOI 10.22533/at.ed.92319150319	
CAPÍTULO 20	202
SOINGA: UMA NOVA RAÇA PARA PRODUZIR NO SEMIÁRIDO	
Fabíola Franklin de Medeiros	
Fábio Santos do Nascimento	
Nágela Maria Henrique Mascarenhas	
Luanna Figueirêdo Batista	
Mirella Almeida da Silva	
Antonio Leopoldino Neto	
Maycon Rodrigues da Silva	
João Paulo da Silva Pires	
Deivyson Kelvis Silva Barros	
Paloma Venâncio da Silva	
Leonardo Flor da Silva	
Bruna Marques Felipe	
Bonifácio Benicio de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.92319150320	

CAPÍTULO 21	206
TECNOLOGIA MITIGADORA DOS EFEITOS DA SECA EM ESPÉCIES DA CAATINGA COMO ESTRATEGIA PARA O RECAATINGAMENTO	
Carlos Alberto Lins Cassimiro Francisco de Sales Oliveira Filho Lidiana Vitória Calisto Alencar Selma dos Santos Feitosa Edvanildo Andrade da Silva Eliezer da Cunha Siqueira	
DOI 10.22533/at.ed.92319150322	
CAPÍTULO 22	214
UM SER-TÃO OUTRO: DOIS PONTOS, DUAS VISTAS	
Amilton Gonçalves dos Santos Nilha Verena Fonseca Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.92319150322	
CAPÍTULO 23	226
UTILIZAÇÃO DA ESTATÍSTICA PARA DIAGNÓSTICO DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E O ACESSO À ÁGUA DOS MORADORES DA ZONA URBANA DE ESPERANÇA - PARAÍBA	
Joyce Salviano Barros de Figueiredo Ana Rebeca de Melo Araújo Francisco Ian Batista da Silva Mylla Christian Bezerra de Oliveira André Luiz Fiquene de Brito	
DOI 10.22533/at.ed.92319150323	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	235

NÚCLEO URBANO DE INTERESSE SOCIAL EM DISCUSSÃO: ABORDAGEM NO MUNICÍPIO DE PAU DOS FERROS/RN

Daniela de Freitas Lima

Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA), Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) – PLANDITES
Pau dos Ferros-RN

Almir Mariano de Sousa Junior

Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA), Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) – PLANDITES
Pau dos Ferros-RN

Joseney Rodrigues de Queiroz Dantas

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) – PLANDITES
Pau dos Ferros-RN

RESUMO: O crescimento urbano acelerado e não planejado trouxe consigo a formação de espaços divididos: localidades centrais com ampla estrutura e áreas periféricas sem estrutura adequada, ou seja, a fragmentação espacial, que está intrinsecamente relacionada à fragmentação social, pois na maioria das vezes, as áreas localizadas em entorno dos municípios são ocupadas por pessoas sem condição monetária suficiente para adquirir um imóvel nos bairros mais próximos aos centros. Nesta perspectiva, a finalidade deste trabalho é debater sobre um núcleo urbano localizado no município de Pau dos Ferros/RN, dando ênfase à ação de Regularização Fundiária de Interesse

Social que está sendo implantada através do Programa Acesso à Terra Urbanizada. Para efetivação da pesquisa, foi executada investigação cartorária para verificação da situação jurídico-fundiária da área; foram realizadas visitas *in loco*; capturadas imagens de satélite e drone para avaliar a localização do bairro em relação aos demais bairros; analisado levantamento planialtimétrico; acompanhada ação social de implantação de Regularização Fundiária de Interesse Social. Constatou-se que o núcleo urbano objeto de estudo não possui registro cartorário, o que caracteriza a área como irregular; foi ocupado de forma pacífica, por meio da doação de lotes através da prefeitura municipal; não dispõe de todos os itens básicos de infraestrutura urbana. Uma das formas de ampliar o direito à cidade para núcleos urbanos desta categoria é promover ações de Regularização Fundiária de Interesse Social, que têm como objetivo garantir a segurança jurídica, social, urbanística e ambiental, enquadrando o bairro na rotina cidadina legal.

PALAVRAS-CHAVE: Núcleo Urbano de Interesse Social, Periferia, Infraestrutura.

ABSTRACT: The accelerated and unplanned urban growth brought with it the formation of spaces divided: central locations with wide structure and outlying areas without

proper structure, i.e. the spatial fragmentation, which is intrinsically related to the social fragmentation, because most of the time, the areas located in the municipal surroundings are occupied by people without enough monetary condition to acquire a property in neighborhoods closer to the centers. In this perspective, the purpose of this paper is to discuss about a neighborhood located in the municipality of Pau dos Ferros/RN, emphasizing the action of agrarian regularization of Social interest being deployed through the program access to Urbanized Land. For completion of the research, cartorária research was performed to verify the legal status of land area; on-the-spot visits were carried out; captured satellite images and drone to assess the location of neighborhood compared to other districts; parsed planialtimétrico survey; accompanied by social action to implement agrarian regularization of Social interest. It was noted that the object of study not settlement has cartorário record, what characterizes the area as irregular; been occupied peacefully, through the donation of lots by City Hall; has all the basic items of urban infrastructure. One of the ways to expand the right to the city for settlements of this category is to promote actions of agrarian regularization of Social interest, which are intended to ensure legal certainty, social, environmental and urban planning, framing the neighborhood on routine cool city.

KEYWORDS: Urban Core of Social Interest, Periphery, Infrastructure.

1 | INTRODUÇÃO

O crescimento acelerado das cidades brasileiras a partir da década de 60 é notável simplesmente pela comparação da população da área urbana e rural antes e depois deste período, o que modificou a dinâmica ocupacional dos municípios, especialmente no diz respeito à ampliação o perímetro urbano através da ocupação de áreas mais periféricas pelos habitantes recém-chegados na busca de melhores condições de vida.

A urbanização do Brasil é marcada pela realização de obras paisagísticas exuberantes nas áreas centrais, favorecendo o mercado imobiliário, associada à expulsão dos pobres para as periferias, tendo como justificativa a elevada densidade populacional (OZÓRIO, 2004).

Neste sentido, podemos citar os núcleos urbanos de interesse social, que de acordo com a Lei 13.465/2017 são aqueles ocupados predominantemente por população de baixa renda, assim declarados em ato do Poder Executivo municipal.

O objetivo deste trabalho é discutir sobre as características de composição e infraestrutura de um núcleo urbano de interesse social, denominado Manoel Domingos, localizado em área periférica do município de Pau dos Ferros/RN, tratando desde a sua formação até métodos de ampliação do direito à cidade para as famílias ali instaladas.

Para efetivação da pesquisa, foi executada investigação cartorária para verificação da situação jurídica da área; realizadas visitas *in loco* para que se obtivesse o histórico de ocupação da área através de entrevista com um dos moradores que habita há mais de 20 (vinte) anos nesta localidade, identificada a infraestrutura da área e

acompanhamento de ação social para promoção de regularização fundiária de interesse social que está sendo desenvolvida através do Programa Acesso à Terra Urbanizada; capturadas imagens de satélite e drone para avaliar a localização do bairro em relação aos demais bairros e a configuração espacial; analisado levantamento planialtimétrico para obtenção de área total e quantitativo de residências; acompanhada ação social de implantação de Regularização Fundiária de Interesse Social.

Neste âmbito, um dos focos principais será a Regularização Fundiária de Interesse Social que está sendo executada através do Programa Acesso à terra Urbanizada, uma parceria do Ministério das Cidades e da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, e poderá proporcionar melhorias para o bem-estar da população em aspectos jurídicos, urbanísticos, sociais e ambientais.

2 | FORMAÇÃO URBANA BRASILEIRA

Nos anos 40 a população urbana brasileira correspondia a 31,24% enquanto a rural detinha mais que o dobro deste quantitativo. A partir dos anos 60 ocorreu um crescimento gradativo mais expressivo da taxa de urbanização, marcado principalmente pelo fenômeno da industrialização, que reduzia as possibilidades de produção dos agricultores de pequeno porte e, favorecia o êxodo rural, o que mudou consideravelmente o quadro população urbano-rural do Brasil, conforme mostra a Tabela 01, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 1940-2010).

Período	Taxa de urbanização
1940	31,24
1950	36,16
1960	44,67
1970	55,92
1980	67,59
1991	75,59
2000	81,23
2007	83,48
2010	84,36

Tabela 01 – Taxa de Urbanização do Brasil de 1940 a 2010

Fonte: IBGE, Censo demográfico 1940-2010.

Essa modificação radical no cenário brasileiro não foi acompanhada pelo planejamento urbano através dos órgãos competentes para tal, o que contribuiu para evolução da segregação socioespacial: os mais ricos ficavam nas zonas com saneamento, educação, equipamentos urbanos de qualidade; os mais pobres, ocupavam as áreas mais periféricas, desprovidas de infraestrutura básica.

Diretamente relacionada, está a especulação imobiliária, as áreas mais centrais,

nas quais os investimentos são visíveis, o valor de comercialização é bem mais elevado, e ficam concentradas para a parcela mais nobre; enquanto aquelas mais periféricas servem de refúgio para o proletariado e para o público sem poder aquisitivo compatível com a realidade dos bairros estruturados, sujeitando-se à insalubridade ou insuficiência de equipamentos urbanos imprescindíveis para saúde, bem estar, lazer da comunidade.

Correa (1989) destaca que o espaço urbano da sociedade capitalista é profundamente desigual e consiste em um reflexo social e fragmentado. Desse modo, os bairros reproduzem diversos grupos sociais, dividindo o espaço de acordo com as classes.

A reprodução de classes condizentes com os bairros é tão verdade que as disparidades entre os valores de metros quadrados em determinadas localidades não permitem um trabalhador detentor de um salário mínimo nem mesmo pensar na possibilidade de instalar na cidade com o metro quadrado mais caro do Brasil, que de acordo com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE, 2016) é de R\$ 10.214,00, no Rio de Janeiro.

Logo, é amplamente perceptível a formação de espaços divididos que integram uma mesma cidade: o dos menos favorecidos, sem infraestrutura adequada e, muitas vezes sem valor monetário, uma vez que podem ser invadidos ou fazerem parte do grupo de áreas não passíveis de habitação, como Áreas de Preservação Permanente; a dos mais favorecidos, com equipamentos urbanos instalados e com mercado imobiliário valorizado.

3 | NÚCLEO URBANO DE INTERESSE SOCIAL *VERSUS* REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

A Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social é uma alternativa de melhoria de núcleos urbanos que não dispõem de condições adequadas das moradias e entorno, pois visa garantir os direitos jurídicos, urbanísticos, sociais e ambientais em áreas com predominância de famílias de baixa renda. Essa modalidade de Regularização Fundiária é regida pela lei 13.465/2017, que revogou as diretrizes da Regularização Fundiária Urbana contidas na Lei 11.977/2009.

Os núcleos urbanos de interesse social irregulares são instalados na área urbana da cidade e para serem classificados como irregulares podem não ter registro cartorário ou tê-lo com inconformidades, por exemplo: a área que compreende o núcleo urbano por completo possui matrícula e registro, entretanto, os ocupantes não possuem escritura registrada individualizada.

O Ministério das Cidades (2010) aponta que o processo de Regularização Fundiária de Interesse Social envolve diversas etapas que devem ser acompanhadas através do trabalho social e participação dos interessados: levantamento topográfico,

levantamento físico-cadastral, levantamento socioeconômico e cadastro social dos moradores, elaboração e aprovação do projeto de regularização fundiária, registro do parcelamento, abertura das matrículas dos lotes, titulação e registro imobiliário.

Para o Rio Grande do Norte, podemos citar como municípios que dispõem de áreas com essas características: São Miguel, Pau dos Ferros, Luís Gomes, Assu, Carnaubais, Portalegre, Venha-Ver, Encanto, Janduís, Governador Dix-Sept Rosado, Tibau.

Neste trabalho, daremos ênfase ao núcleo urbano Manoel Domingos, do município de Pau dos Ferros/RN, e além da caracterização da área, abordaremos o trabalho social desenvolvido para a regularização fundiária, visto que esta é uma etapa fundamental para que haja êxito nas operações inerentes à todas as atividades do processo.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município de Pau dos Ferros/RN está inserido no Alto Oeste Potiguar, conta com uma população estimada pelo IBGE para 2016 de 30.206 habitantes. É considerado um pólo universitário, uma vez que em seu território estão instaladas a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), a Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar (FACEP), o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) e a Universidade Anhanguera. Além disso, oferece serviços de saúde e quadro empregatício que abrange cidades circunvizinhas, exercendo influência sobre elas e obtendo um elevado índice de população flutuante.

Dantas, Clementino e França (2015) apontam que apesar do contingente populacional inferior à classificação tida como cidade média em diversos estudos nacionais, Pau dos Ferros pode ser tratada como cidade (inter) média devido suas funções de intermediação desempenhadas na rede urbana do Nordeste, particularmente do Rio Grande do Norte, já que oferta serviços de educação superior e saúde, além de empregos, notadamente no comércio e nos serviços públicos.

Mas, como todos os municípios, seja de pequeno, médio ou grande porte, a irregularidade fundiária também está presente em Pau dos Ferros/RN. Como objeto de estudo utilizamos o bairro Manoel Domingos.

A Figura 01 abrange parte do município de Pau dos Ferros/RN e o bairro em estudo – Manoel Domingos. Através dela percebe-se que o núcleo urbano localiza-se em uma área mais periférica da cidade, não havendo a intercomunicação direta com outras localidades como ocorre nas áreas que rodeiam os espaços mais centrais. Verifica-se que o Manoel Domingos está isolado, o que é típico de localidades que abrigam pessoas de baixa renda e foi confirmado através das visitas *in loco*.

A Figura 02 mostra aerofotografia do bairro para que possa-se visualizar a configuração espacial deste bairro.

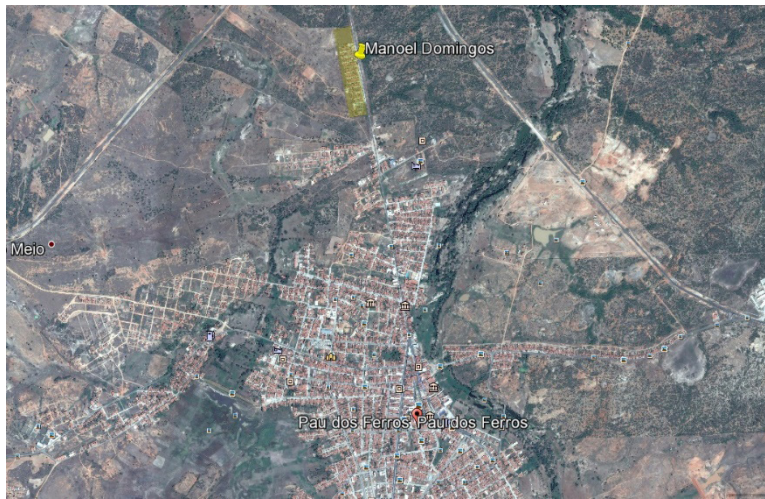


Figura 01 – Localização do Núcleo Urbano Manoel Domingos.

Fonte: Google Earth Pro, 2017.



Figura 02 – Aerofotogrametria do Núcleo Urbano Manoel Domingos.

Fonte: Acervo do Programa Acesso à Terra Urbanizada, 2017.

A Figura 03 mostra o levantamento planialtimétrico do bairro Manoel Domingos.

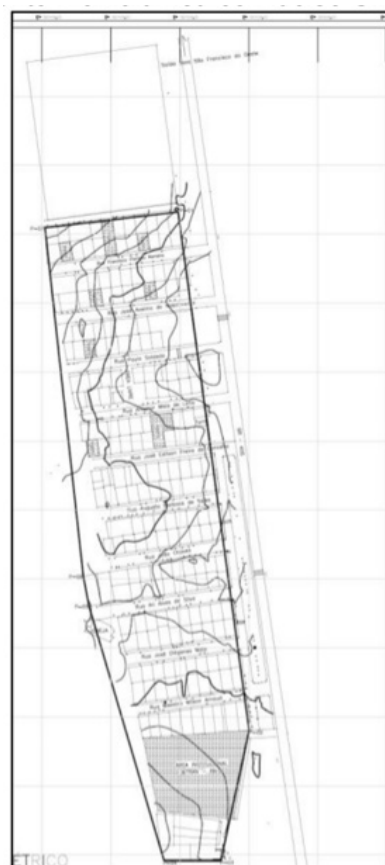


Figura 03 – Levantamento Planialtimétrico Núcleo Urbano Manoel Domingos.

Fonte: Acervo do Programa Acesso à Terra Urbanizada, 2016.

Pela Figura 03 foi possível realizar o levantamento da área do núcleo urbano, que compreende 43.402,57 m², e do quantitativo estimado de famílias neste ambiente, que é de 167 (cento e sessenta e sete).

Através da entrevista com um dos moradores que habita a área há mais de vinte anos, detectou-se que a ocupação da área aconteceu nos anos 90. As residências de algumas quadras foram edificadas pela prefeitura e doadas aos moradores. As demais unidades habitacionais foram construídas pelos próprios residentes, sendo o lote doado pelo município. Algumas casas foram comercializadas pelos proprietários que se deslocaram para outro bairro da cidade.

A área caracteriza-se como de interesse social, pois é ocupada predominantemente por famílias baixa renda, uma vez os rendimentos familiares são em sua maioria de até 03 (três) salários mínimos.

Na visita realizada ao cartório de registros e imóveis da cidade, detectou-se que apesar de a área ser tida como municipal, isto é, pertencente à Prefeitura de Pau dos Ferros/RN, não existe registro em nome da prefeitura ou de terceiro.

No que se refere à infraestrutura, o Manoel Domingos possui pavimentação, rede geral de abastecimento de água, rede elétrica oficial e coleta de lixo. Possui creche, academia da saúde e praça pública. A unidade de saúde e o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do bairro vizinho (João XXIII) atendem a esta comunidade.

As Figuras 04 e 05 expõem a Praça Pública e a Academia da saúde instaladas neste núcleo urbano.



Figura 04 – Praça Pública do Manoel Domingos.

Fonte: A autoria Própria, 2017.



Fonte: Aatoria Própria, 2017.

Figura 05 – Academia da Saúde do Manoel Domingos.

As Figuras 04 e 05 mostram equipamentos urbanos que possibilitam a atividade física e o lazer da comunidade supracitada. Mas, esta área não dispõe de alguns itens de infraestrutura, como esgoto e drenagem, ou seja, há atendimento parcial no quesito infraestrutura.

A Figuras 06 e 07 representam uma das ações da Regularização Fundiária desenvolvida através do Programa Acesso à Terra Urbanizada.



Figuras 06 e 07 – Ação Social em Prol da Regularização Fundiária de Interesse Social.

Fonte: Aatoria Própria, 2016.

Esta ação social teve como o objetivo informar à população residente sobre os preceitos da Regularização Fundiária de Interesse Social através da parceria do Ministério das Cidades e a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) e alertar para os procedimentos que seriam realizados a partir daquela data no Manoel Domingos. A mobilização é muito importante para que haja aceitabilidade de participação no programa por parte das famílias, pois sem seu interesse não é possível dar prosseguimento às etapas inerentes ao processo.

Portanto, a Regularização Fundiária de Interesse Social é uma das maneiras de reduzir as disparidades entre os diversos bairros do município, porque insere o núcleo urbano no contexto legal da cidade, atualiza o cadastro tributário e, conseqüentemente altera a qualidade de vida da população, logo, deve ser estimulada.

5 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Já que não foi possível planejar o ordenamento territorial quando a urbanização começou a se expandir no Brasil, cabe aos órgãos competentes pelo progresso da cidade, buscarem a recuperação e a minimização das disparidades existentes no meio urbano no que diz respeito ao oferecimento de serviços e equipamentos que propiciem o bem-estar da população, uma vez que não basta existir um abrigo para as famílias, mas este deve ter harmonia com o entorno, havendo salubridade em ambos para que a saúde, esporte, lazer, qualidade de vida sejam instaurados.

Nota-se que a forma como o espaço urbano foi constituído contribuiu para a segregação socioespacial. Mas, ainda é possível ampliar as possibilidades de integração entre os diversos bairros que constituem uma mesma cidade através da inserção de núcleos urbanos irregulares de interesse social no quadro de programação e execução de atividades inerentes ao contexto legal.

Uma das maneiras de promover esta integração é regularizando áreas que apresentem algum tipo de desordem jurídica, social, ambiental, urbanística, pois esta atitude contribui para o progresso da cidade e melhoria da qualidade de vida de seus habitantes.

REFERÊNCIAS

Brasil. Lei 11.977, de 07 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas... Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm>. Acesso em: 28 fev. 2017.

_____. Lei 13.465, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana... Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm>. Acesso em: 10 out. 2017.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática S. A., 1989.

DANTAS, Joseney Rodrigues de Queiroz; CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda; FRANÇA, Rosana Silva de. A cidade média interiorizada: Pau dos Ferros no desenvolvimento regional. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 11, n. 23, p. 129-148, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/3155/2426>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE). Índice Fipezap residencial – venda. Dezembro/2016. Disponível em: <<http://downloads.fipe.org.br/content/downloads/indices/fipezap/fipezap-201612-residencial-venda.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Séries Históricas e Estatísticas, 1940-2010. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP122>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

_____. Cidades. **Pau dos Ferros**. 2017. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/2409407>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos e Secretaria Nacional de Habitação. **Regularização Fundiária Urbana**: Como aplicar a lei Federal 11.977/2009. Brasília: 2013. Disponível em: <http://www.sjc.sp.gov.br/media/621520/regularizacao_fundiaria_

cartilha_da_lei_federal.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2017.

OSÓRIO, Leticia. **Direito à Moradia no Brasil**. 2004. Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas. Disponível em<http://www.fna.org.br/site/uploads/noticias/arquivos/Direito_a_Moradia_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2017.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-192-3

